



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRESENCIAL**

AMARILDO GOMES DIVA

**PANORAMA DAS FINANÇAS PÚBLICAS DE ANGOLA: ANÁLISE DAS
RECEITAS E DESPESAS NO PERÍODO DE 2012 A 2021**

REDENÇÃO – CE

2024

AMARILDO GOMES DIVA

**PANORAMA DAS FINANÇAS PÚBLICAS DE ANGOLA: ANÁLISE DAS
RECEITAS E DESPESAS NO PERÍODO DE 2012 A 2021**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
como requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dr^a. Sandra Maria
Guimarães Callado

**REDENÇÃO – CE
2024**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Diva, Amarildo Gomes. D646p

Panorama das finanças públicas de Angola: análise das receitas e despesas no período de 2012 a 2021 / Amarildo Gomes Diva. - Redenção, 2024.
47f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2024.

Orientador: Prof^a Dr^a Sandra Maria Guimarães Callado.

1. Finanças públicas. 2. Receitas. 3. Despesas. I. Título. CE/UF/BSP

CDD 658

AMARILDO GOMES DIVA

**PANORAMA DAS FINANÇAS PÚBLICAS DE ANGOLA: ANÁLISE DAS
RECEITAS E DESPESAS NO PERÍODO DE 2012 A 2021**

Trabalho apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública Presencial do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – Campus do Ceará.

Aprovado em: ____/____/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Sérgio Henrique de Oliveira Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho aos meus pais
Bernardo Jacinto Diva e Rosa Gomes Pascoal,
pelos sacrifícios e ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Sou grato primeiramente ao criador pelo dom da vida. Em segundo, sou muito grato aos meus pais, irmãos, familiares, amigos, colegas, professores e companheira por me terem ajudado a cimentar os caminhos para que eu pudesse cá estar, e em especial quero tecer os meus agradecimentos à minha orientadora, por não ter desistido de mim durante este processo de escrita e elaboração do trabalho.

RESUMO:

As finanças públicas de Angola apresentam instabilidade recorrente, tendo em conta a grande dependência que o país tem junto ao setor petrolífero, o que representa um grande desafio para a gestão das finanças públicas no país. Tendo em vista o exposto o presente trabalho tem como pretensão analisar as finanças públicas de Angola durante o período de 2012 a 2021 através do estudo das receitas e despesas. Com base nos objetivos, esse trabalho se enquadra como uma pesquisa descritiva, e quanto a sua abordagem se enquadra como uma pesquisa qualitativa, sendo os procedimentos levados a cabo como uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa foi realizada por meio de dados coletados nos Relatórios de Conta Geral do Estado entre 2012 e 2021 e as características da pesquisa permitiram através das informações fazer uma análise dos itens durante o período proposto. Analisaram-se dessa forma as receitas e as despesas, seguindo-se assim da análise comparativa entre elas, com base no quociente de Kohama. Os resultados alcançados através da análise demonstram que as receitas e as despesas se mantêm em desequilíbrio ao longo do período, sendo registrado majoritariamente períodos de déficits orçamentários.

Palavras-chave: finanças públicas, despesas, receitas

ABSTRACT:

Angola's public finances present recurring instability, taking into account the country's great dependence on the oil sector, which represents a major challenge for the management of public finances in the country. In view of the above, this work aims to analyze Angola's public finances during the period 2012 and 2021 through the study of revenues and expenses. Based on the objectives, this work is classified as descriptive research, and in terms of its approach, it is classified as qualitative research, with the procedures carried out as bibliographical research. The research was carried out using data collected in the State General Account Reports between 2012 and 2021 and the characteristics of the research allowed the information to carry out an analysis of the items during the proposed period. Revenues and expenses were analyzed in this way, followed by a comparative analysis between them, based on the Kohama quotient. The results achieved through the analysis demonstrate that revenues and expenses remain in imbalance throughout the period, with the majority recording periods of budget deficits.

Keywords: public finance, expenses, revenue

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGT – Administração Geral Tributária

EUA – Estados Unidos de América

FMI – Fundo Monetário Internacional

INE – Instituto Nacional de Estatísticas de Angola

MINFIN – Ministério das Finanças

MPLA – Movimento popular para a libertação de Angola

OGE – Orçamento Geral do Estado

PIB – Produto Interno Bruto

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa dos limites geográficos de Angola	25
Figura 2 – Mapa da divisão político-administrativa de Angola.....	26

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Quocientes de Análise Orçamentária.....	30
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Receitas previstas e arrecadadas.....	35
Gráfico 2 – Despesas autorizadas e realizadas.....	40
Gráfico 3 – Receitas arrecadadas e despesas realizadas	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Justificativa	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 GEOGRAFIA E CONTEXTO HISTÓRICO DA ECONOMIA DE ANGOLA ..	15
2.1.1 Situação geográfica de Angola	15
2.1.2 Localização geográfica e clima.....	15
2.1.3 População.....	16
2.1.4 Divisão político-administrativa.....	17
2.1.5 Moeda	18
2.2 TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....	21
2.2.1 Orçamento público.....	22
2.2.2 Receita pública.....	24
2.2.3 Despesa pública	25
3. MATERIAL E MÉTODO.....	26
3.1 Método	27
4.2 Material	28
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	29
5.1 Análise da origem, previsão e execução das receitas	32
5.1.1 Análise da origem das receitas.....	31
5.1.2 Análise da previsão e execução das receitas.....	34
5.2 Análise da despesa por função do governo e análise da previsão e execução da despesa.....	38
5.2.1 Análise das despesas por função do governo.....	38

5.2.2 Análise das despesas autorizadas e realizadas	39
5.3. Análise e comparação das receitas arrecadadas e despesas executadas	41
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

1. INTRODUÇÃO

A prática econômica e a atividade financeira do Estado se fundamentam no fato de que o mercado por si só não é autossuficiente para garantir a manutenção dos níveis mais desejados de crescimento econômico e do alcance do pleno emprego nas economias nacionais (Pereira *et al* 2009), sendo necessário que os governos atuem como árbitros e forças equilibradoras do cenário, fazendo o uso das suas funções através da execução de políticas como a gestão das finanças públicas para dar respostas às necessidades do Estado, em prol do crescimento, estabilidade econômica e desenvolvimento do país.

Como país subdesenvolvido Angola tem na gestão das finanças públicas um potencial instrumento para a alavancagem do crescimento e desenvolvimento econômico há muito tempo desejado, contudo, o país vive há anos uma situação financeira não favorável, apresentando repetidos déficits orçamentários o que impede o processo de manutenção da estabilidade econômica no país, tendo em conta as decisões que dizem respeito às atividades financeiras do estado.

As finanças do Estado angolano são em grande parte dependentes do setor petrolífero, sendo que até o ano de 2008, período em que o país registou os maiores níveis de crescimento econômico, a produção deste setor representou aproximadamente 45,4% do PIB nacional, e as receitas advindas deste setor chegaram a representar 80,9% das receitas totais do Estado (WORLD BANK, 2023). Tal dependência expôs a situação financeira do país, de tal forma que no ano de 2010 o mesmo tinha na dívida pública um componente que representava 38% do PIB, e 80% da mesma estava denominada em moeda internacional (BEMBA, 2014).

Faz-se mister antes de mais ressaltar o fato de que Angola é ainda um país em formação, uma vez que alcançou a sua independência em 1975, sendo que no mesmo período mergulhou num cenário de guerra civil que se estendeu até 2002, ano em que foi declarada paz definitiva que perdura até os dias de hoje.

Após o período de guerra, o país conheceu um crescimento econômico exponencial, tendo em conta a alta do preço do petróleo registrada em alguns períodos dos anos 2000 e mesmo em um cenário de incerteza financeira e excessiva dependência da economia junto ao setor petrolífero o país registou números que garantiram o crescimento econômico, contudo, durante os períodos que se seguiram, foi evidentemente conhecendo dificuldades financeiras como fruto de uma gestão orçamentária débil (ISAKSEN *et al*, 2007).

Tendo em conta o exposto e no intuito de auxiliar no debate e na compreensão do cenário das finanças do país, o presente trabalho busca entender qual o estado das finanças públicas de Angola sendo o seu objetivo geral: analisar o cenário das finanças públicas (receitas e despesas) durante os anos de 2012 a 2021. Para auxiliar o referido objetivo, citam-se os seguintes objetivos específicos:

- i) Analisar a arrecadação das receitas por rubrica e comparar a previsão e a arrecadação;
- ii) Analisar as despesas por função do governo, a sua previsão e execução e;
- iii) Comparar os valores referentes a receitas arrecadadas e despesas executadas;

Entendendo que o seu orçamento público Angolano é em grande parte dependente dos recursos advindos do setor petrolífero, e tendo em conta as oscilações constantes do preço dessa *comoditie* nos mercados internacionais, assume-se de forma hipotética que as finanças do país apresentam desequilíbrios recorrentes durante o período para análises.

1.1. JUSTIFICATIVA

A problemática das finanças públicas em Angola é representada pela instabilidade do processo de arrecadação de receitas, de execução de despesas, até à dívida pública. Pelo balanço de execução orçamentária, as principais fontes de receitas do Estado, são as receitas advindas do setor petrolífero, contudo esse é ao mesmo tempo um dos pontos mais frágeis das finanças públicas do país, sendo as receitas e despesas previstas pouco alcançadas tendo em conta a volatilidade do mercado do petróleo.

São escassos os estudos em torno da realidade econômica e financeira de Angola apesar da sua importância como uma das principais economias da África-Austral. Contudo, após ter registrado um crescimento econômico inspirador após o período da guerra civil, o país atraiu o investimento de grandes empresas e países como o Brasil, China, EUA, e este fator contribuiu para o despertar o interesse de estudos sobre economia do país. Tais pesquisas têm sido conduzidas por cientistas, especialistas e instituições de grande relevância internacional como o Fundo Monetário Internacional - FMI, World Bank e firmas internacionais de auditoria (Jensen e Paulo, 2011).

A contínua investigação e contribuição científica em torno do tema são de suma importância para a criação de caminhos para o desenvolvimento do país e testemunho para

economias com estruturas parecidas, como os países fortemente dependentes da exportação petrolífera, que a exemplo de Angola, têm enfrentado problemas com a instabilidade econômica e financeira.

Levando em consideração o atual cenário das finanças públicas em Angola o presente objeto de estudo surgiu mediante a necessidade de um olhar acadêmico sobre as atividades financeiras do governo angolano e adicionalmente auxiliar na construção de um entendimento sobre o tema.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção fazemos a apresentação do material teórico utilizado para a construção do trabalho. Para melhor compreensão do tema, inicialmente fazemos uma breve apresentação das características geográficas e trazemos à discussão o histórico da economia angolana no intuito de auxiliar na compreensão do atual cenário econômico do país. A seguir discutimos a teoria das finanças públicas com base nos autores que dissecam sobre o tema e dessa forma apresentamos os conceitos que permeiam o tema como receitas e despesas, no intuito de argumentar com base em referências os tópicos trazidos como objetivos do trabalho.

2.1. GEOGRAFIA E CONTEXTO HISTÓRICO DE ECONOMIA DE ANGOLA

3.1.Situação Geográfica de Angola

Angola é uma República presidencialista instituída ano de 1975, quando de sua independência em 11 de novembro. Como grande parte dos países africanos é uma nação pluriétnica e cultural, tendo mais de 20 (vinte) línguas faladas em seu território nacional, sendo o português a sua língua oficial Kukanda (2000, p. 112).

2.1.1. Localização geográfica e clima

A estrutura geográfica de Angola é quadrangular, com um território de aproximadamente 1.246.700 km² e localiza-se na zona da África-Austral. O país possui uma característica geográfica que potencializam o comércio internacional como um vasto litoral preenchido por uma orla marítima de 1.650 km (Guilherme, 2023), sendo que tal disposição é estratégica uma vez que grande parte das exportações e importações são feitas por via marítima.

O território é banhado pelo oceano atlântico a oeste e tem como outros limites geográficos a República Democrática do Congo e o Congo Brazaville a norte, a sul, a República da Namíbia e a oeste a República da Zâmbia.

Figura 1. Mapa dos limites geográficos de Angola



Fonte: INE (2016)

Quanto ao clima, o país é intertropical. Essa zona correspondente ao hemisfério sul e no geral apresenta duas estações: a estação mais quente e das chuvas que dura de setembro a maio e; o cacimbo (estação seca) que vai de maio a setembro.

O país apresenta uma variação do clima quanto a sua região, sendo que na região litorânea a humidade do ar é de em média 30% ao ano e a temperatura média é mais de 23°C, enquanto que o seu interior apresenta elevadas quedas pluviométricas e quanto mais se

aproxima a sul, o território vai apresentando altas temperaturas, pois é uma zona semiárida que se aproxima do deserto do Namibe e do Kalahari (Guilherme, 2023).

2.1.2. População

Os últimos dados oficiais sobre a contagem populacional em Angola datam de 2014. Nesse período realizou-se um recenseamento populacional e os dados revelam que a população angolana era de 25.789.024 pessoas, das quais 52% corresponde ao número de mulheres e 48% de homens. Tais dados ainda apontam o fato de que a 27% da população nacional residiam na capital.

O país apresenta uma população muito jovem, sendo que a média de idade do cidadão angolano no período era de 21 anos e menos de 2% da população residente no país tem idade acima de 65 anos. Dessa população residente mais de 50% vivem ao longo da costa (INE, 2018).

Segundo dados do INE (2021) a taxa de crescimento da população angolana é de 3,1% ano e a projeção populacional realizada para o ano de 2019 estimava o crescimento de população angolana para 30.175.553, sendo que para cada 100 mulheres, existem 94 homens dentro desse período e, 46,2% da população está abaixo dos 14 anos e; 51,3% corresponde as idades entre 15 e 64.

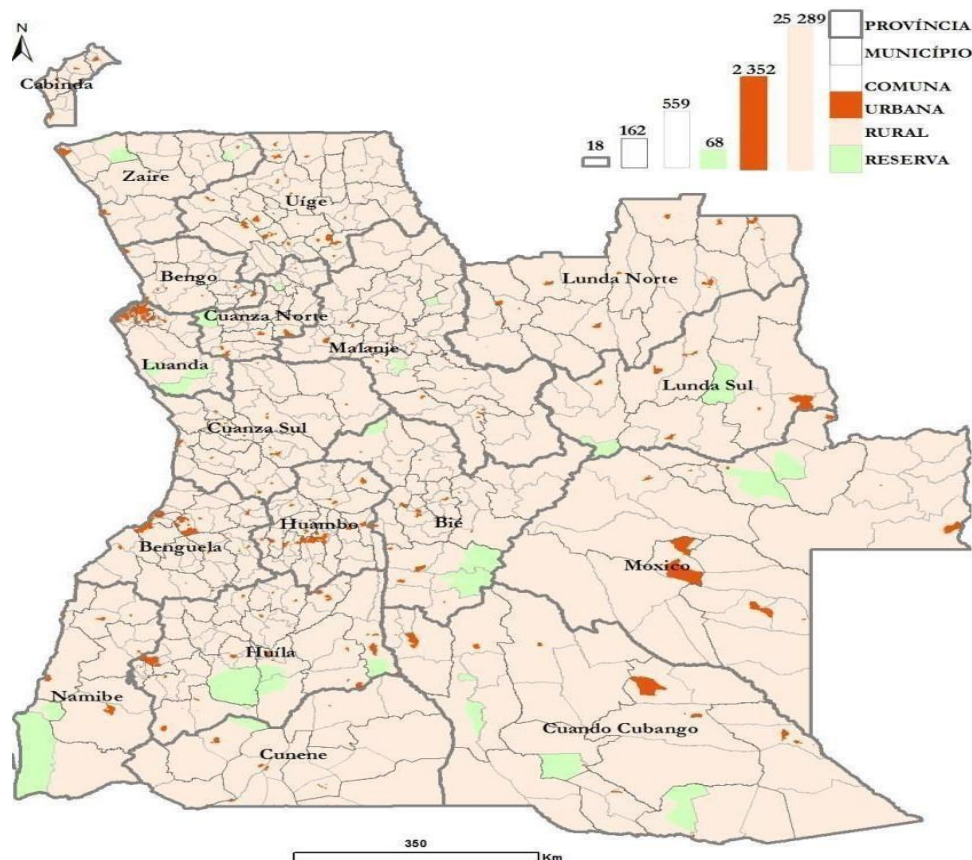
2.1.3. Divisão político-administrativa

Angola é um Estado democrático de Direito (Angola, 2010) e a constituição da República define que a divisão administrativa do país é feita por províncias em primeira escala, e a seguir por municípios, com a possibilidade desses se estruturarem em comunas ou entes territoriais que se equivalem às comunas.

A sua constituição ainda reconhece a separação das funções do poder do Estado, respeitando os princípios da democracia representativa e as formas de poder local, desde que não atropelem os princípios previstos na carta magna.

Na atual divisão política e administrativa o país conta com 18 províncias com 156 municípios e 556 comunas das quais comportam 2.352 bairros em zonas urbanas e outros 25.289 em zonas rurais (INE, 2016).

Figura 2. Mapa divisão político-administrativa de Angola



Embora permaneça até a presente data esta divisão administrativa, o parlamento angolano aprovou a proposta de lei que altera a divisão administrativa do país e o mesmo passará a contar com 20 províncias a partir do ano de 2025.

2.1.4. Moeda

A unidade monetária do país é o Kwanza, moeda utilizada para as transações locais desde o ano de 1977. A moeda é emitida pelo Banco Nacional de Angola, banco central do país, que também tem a responsabilidade de assegurar a preservação do valor da moeda nacional e trabalhar na definição das políticas monetária, financeira e cambial (ANGOLA, 2010).

Embora o país seja reconhecido por sua influência econômica na África Austral, Angola vem vivenciando cenários de crises econômicas e financeiras fatos que influenciam no desempenho geral da economia e desvalorização da moeda do país. Segundo o Ministério das

Finanças de Angola (2024), a inflação do ano de 2023 situou-se em torno dos 20,01%, que segundo o mesmo, isto deveu-se ao aumento dos preços da cesta básica.

Antes do período colonial o espaço que hoje compreende o território angolano era habitado por povos organizados em reinos como o Congo, o Ndongo, Matamba entre outros (Pacheco, Costa e Tavares, 2018) que já detinham uma organização econômica, na qual era baseada em práticas como o comércio (que tinha no Nzimbo e depois no Libongo meios ou padrões de troca da época), a caça, a produção agrícola, bem como outras atividades econômicas artesanais focadas na subsistência, com principal interesse em garantir o bem estar dos membros.

Com a invasão portuguesa em 1482 aquando da chegada de Diogo Cão à foz do rio Zaire, e com o início do processo de escravatura pouco tempo depois, o território perdeu as características de sua formação anterior e se desfizeram as estruturas políticas, sociais e econômicas que existiam. Num primeiro momento o domínio português instaurou no país uma economia baseada na exploração do homem, através do comércio de escravo, sendo que a colonização no Brasil acelerou tal processo em Angola, uma vez que eram exportados escravos angolanos para trabalho nas plantações de culturas agrícolas no Brasil, gerando assim o comércio triangular entre Angola, Brasil e Portugal, sendo a principal atividade econômica do período (Pacheco, Costa e Tavares, 2018).

Os mesmos autores afirmam que após a abolição da escravatura, o país, ainda província ultramarina de Portugal, sob gestão de um governo português se via emergir numa estrutura econômica de capitalismo colonial implementado por Norton de Matos - então governador de Angola -, que implementou um sistema econômico com foco na produção agrícola através do trabalho forçado realizado pelas populações locais.

Anos mais tarde vinha se descobrir o petróleo e o diamante que passaram a ser os principais itens da atividade econômica nos anos de 1970, através da extração mineral (Gonçalves, 2010), fator este que reforçou a resistência portuguesa na cedência da independência de Angola em 1975.

Com a independência alcançada através do acordo de Alvor e a assunção do governo por parte do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) de forma transitória até as primeiras eleições, a economia do país foi apresentando um estado de precariedade, fruto das ações desenvolvidas pelo governo português durante o período colonial. Gonçalves (2018) aponta alguns fatores preponderantes para que a economia angolana se encontrasse naquele estado, após a independência, dos quais: a) extração simples como principal fator de

composição do PIB; b) propriedade empresarial do período totalmente estrangeira; c) ocupação de funções técnicas totalmente por mão-de-obra estrangeira.

O processo de independência e mudança de status político de província ultramarina para país independente resultou na transferência de grande parte do capital econômico para o exterior, o que promoveu a aceleração do processo de estatização das empresas por parte do governo que na época era pró socialista (MPLA). Durante este período o país enfrentou sérios problemas econômicos e a sua moeda sofreu um processo de corrosão extrema que somada a queda do preço do petróleo, resultou na falta de capacidade de importação de alimento, promovendo o interesse de abertura econômica (Gonçalves, 2018).

No começo dos anos 80 se deu o início ao processo de abertura econômica e a implantação de políticas como o Programa de Saneamento Econômico e Financeiro do Estado, seguido do Plano de Recuperação Econômica, e por conseguinte, do Plano de Ação do Governo que tinham como um dos principais objetivos a promoção de reformas estruturais nas finanças públicas do país, mudança da matriz financeira do Estado e o incentivo ao investimento privado Lopes (2017), contudo, tais reformas não surtiram os efeitos esperados, mas permitiram que o país desse os primeiros passos como uma economia com menor intervenção estatal.

Neste mesmo período decorria a guerra civil que teve seu início em 1976 e se estendeu inicialmente até 1991, com o cessar-fogo para a realização das primeiras eleições. Nesse período o país teve como sua principal atividade econômica a extração de minerais como o petróleo e o diamante. Com a vitória eleitoral do MPLA e a não aceitação dos resultados por parte da União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), houve o retorno do conflito armado e se estendeu até 2002, período em que foi decretada a paz definitiva. Após o período de guerra o país começou a tomar rumos de crescimento, fruto do aumento da produção petrolífera e a subida dos preços do petróleo nos mercados internacionais armado (Gonçalves, 2010), bem como o aumento do PIB. A taxa de crescimento econômico chegou a alcançar os dois dígitos durante o período e houve uma considerável redução da inflação, de forma que o PIB passou de US\$ 11 bilhões em 2001 para os US\$ 60 bilhões em 2007 (Gonçalves, 2010).

Pese embora o crescimento verificado nos anos anteriores o país continuou muito dependente da exportação petrolífera e no ano de 2014, com uma nova queda no preço do petróleo, o mesmo mergulhou numa crise econômica e tem assistido, mesmo que com medidas para melhorar a situação econômica, a economia nacional ruir e a sua moeda e a economia sofrendo uma desvalorização muito acentuada.

2.2. TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Embora se tenha tornado uma afirmação quase inexorável a premissa de que é legítima a atuação do Estado na economia, o debate sobre o quanto o estado deve ou pode intervir nessas atividades continua em voga.

Segundo Pereira *et al* (2009, p. 13), é provado empiricamente que o mercado por si só não garante o pleno emprego, e o Estado por meio da sua intervenção busca garantir os níveis mais desejados de crescimento e desenvolvimento se utilizando da política orçamental, orquestrando as formas de arrecadação de receitas, alocação dos recursos por meio das decisões de despesa e de endividamento.

Para o alcance do pleno funcionamento da economia, cabe ao Estado se utilizar de mecanismos com o propósito de possibilitar o crescimento e o desenvolvimento econômico do país, pois, como afirmam Santos & Gouveia (2014), as finanças públicas são um meio para que o Estado, através da Administração Pública, e de forma contínua, promova a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos através da arrecadação e gasto público.

Musgrave & Musgrave (1980) defendem a necessidade de intervenção governamental nas atividades econômicas do país, pois os mercados apresentam falhas que condicionam o crescimento e desenvolvimento econômico da nação. Dentre essas falhas enumeram-se algumas como a existência de bens públicos, a existência natural de externalidades, a existência de *players* de mercado com grande influência sobre os preços, a existência de mercados incompletos, as falhas de informação, o desemprego e a inflação (Pereira *et al* 2009).

Para esses autores, tais fatores legitimam e tornam um objeto racional a intervenção do Estado na economia, sempre no intuito de diminuir os desequilíbrios e dirimir os efeitos negativos que essas falhas podem causar ao ambiente econômico.

Até o início dos anos 1930 as atividades do Estado estavam reservadas basicamente a entrega de serviços como justiça e segurança. Apesar disso, cresceram movimentos teóricos dentro do seio acadêmico que defendiam o equilíbrio dos níveis de renda e alterações que respondessem aos anseios da população. Para tanto, era necessária uma atuação econômica mais ampla por parte do governo, o que passou de fato a acontecer de forma contínua e programada durante o período da segunda guerra mundial com o aumento dos gastos públicos durante o período, tendo em conta a necessidade que o conflito internacional criou para os países.

O período pós segunda guerra mundial cimentou tal movimento, uma vez que o Estado precisou passar a responder de forma mais assistencial, através dos serviços previdenciários e

para assistência social durante esse período, tendo em conta o resultado da guerra para a economia dos países (Rezende, 2010).

Tal fato consagrou então a necessidade de intervenção do estado na economia, focando principalmente na garantia da estabilidade econômica, no ajustamento da distribuição de renda como também na alocação dos recursos de forma equitativa. Assim, para o exercício das suas funções, o setor público, através do governo, passou a exercer maior poder nas atividades econômicas, em comparação aos períodos anteriores e para isso, tornou-se imprescindível garantir a manutenção das variadas políticas macroeconômicas.

Através das políticas macroeconômicas é possível para o estado, influenciar o crescimento ou retração do Produto Interno Bruto (PIB), a produção nacional, o nível de poupança, redução da taxa de desemprego e controle sobre os níveis de preço. Assim, as políticas macroeconômicas classicamente adotadas pelo Estado, para a sua intervenção no plano macroeconômico como: i) a política monetária utilizada para a gestão da taxa de juro e emissão de moeda; ii) política cambial para a manutenção da taxa de câmbio e; iii) política fiscal para a regulação da distribuição da renda, legislação tributária, gastos do governo e controle do orçamento através das contas públicas (VIANNA, BRUNO e MODENESI, 2010). Todos esses pontos são alguns dos principais instrumentos utilizados para garantir o desenvolvimento e da estabilidade econômica.

2.2. Orçamento Público

O orçamento público é uma peça de extrema importância para a economia de qualquer país. Na literatura sobre as finanças públicas, o orçamento é um dos principais temas tratados pelos estudiosos da área.

De acordo com Silva (2011), o orçamento público pode ser entendido como um procedimento ou técnica integrada, através da qual se planeja, aprova, executa e se faz a avaliação dos planos e programas públicos estimados, com o qual se projeta as receitas e fixa-se as despesas para a execução em um período específico.

A tese de Pereira *et al* (2009, p. 405) explica o orçamento público como “o documento, apresentado sob forma de lei, que comporta uma descrição detalhada de todas as receitas e de todas as despesas do Estado, propostas pelo Governo, e autorizadas pela assembleia da República e antecipadamente previstas para um horizonte temporal de um ano”. Ainda de acordo com os mesmos autores clarificam a necessidade de se entender o orçamento não apenas como uma peça meramente técnica – visão que eles entendem ser muito estreita -

mas essencialmente entendê-lo como um documento político, pois reflete as políticas e as prioridades de um governo, uma vez que as despesas planejadas e as receitas a serem realizadas têm sempre um fundamento político e econômico embasados na visão dos representantes do governo.

Além disso, Pereira *et al* (2009) descrevem um conjunto de condições que os mesmos chamam de regras orçamentais importantes para que se restrinjam e disciplinem as ações em matéria de orçamento na sua forma e conteúdo. Dentre as regras descritas pelos autores, constam: i) anualidade do orçamento; ii) unidade; iii) universalidade; iv) não compensação; v) não consignação; vi) especificação e; vii) equilíbrio.

Em Angola, o dispositivo legal 15/10 de julho de 2010 estabelece também diretrizes ou princípios para guiar a elaboração, execução e avaliação do orçamento geral do Estado no país. Dos princípios trazidos por Pereira *et al*, o dispositivo legal estabelece três que são detalhados e utilizados no processo orçamentário, dos quais tem-se: i) princípio da unidade; ii) princípio da anualidade; iii) princípio da universalidade e adicionalmente; iv) princípio da publicidade, o qual a lei estabelece a necessidade do cumprimento deles de forma rigorosa durante o ciclo orçamentário.

ISAKSEN *et al* (2007) pontuam que, por norma, o ciclo orçamentário é dado através de um método que compreende as fases do processo de preparação da proposta orçamental que é realizado por um departamento específico do ministério das finanças. Na sequência, dá-se o processo de votação e aprovação do orçamento, que é feito através de um sistema de votação em assembleia. Após a entrega da proposta e do processo de votação e aprovação, entra o orçamento em execução através dos ministérios e agências do governo durante o período proposto e para encerrar o ciclo, entra em ação o processo de fiscalização e avaliação do orçamento durante esse período.

Esse processo é um mecanismo importante para se manter o controle do orçamento, e embora deve ser encarado como um processo com determinada rigidez, Isaksen *et al* (2007) defendem que isso não acontece de forma mecanizada, pois, durante o processo são levadas em conta as ideias, percepções, tradições e métodos desenvolvidos com o avanço do conhecimento, e todos esses fatores são considerados, uma vez que o orçamento tem um impacto direto no processo de distribuição da renda e da riqueza do país.

O controle orçamentário é um processo muito importante para a gestão das finanças públicas de qualquer país, pois ele inclui o direcionamento sobre todas as intenções de despesa do governo, como as despesas com saúde, educação, defesa, pagamento da dívida, bem como

perspectiva de receitas como tributos, operações de crédito, exploração patrimonial própria, entre outras e busca ao mesmo tempo o equilíbrio entre essas duas variáveis.

2.3. Receita Pública

O funcionamento e a manutenção das atividades de qualquer órgão ou instituição exige determinada injeção, em maior ou menor escala, dos recursos de todos quanto se beneficiam das atividades do mesmo, direta ou indiretamente. Para o Governo, essa injeção de recursos é feita por meio das receitas públicas como impostos, taxas, contribuições entre outras que se somam ao patrimônio do Estado para responder às exigências orçamentárias do mesmo, ou seja, para fazer jus as suas despesas.

Autores como (Pereira *et al* 2009) apontam que todo e qualquer recurso, em dinheiro, equivalente ou desde que possa ser expresso em moeda e que beneficie diretamente o Estado ou uma outra entidade pública administrativa, tendo como principal propósito dar respostas aos objetivos dos entes públicos, bem como das suas necessidades financeiras, deve ser entendida como receita.

Já para Baleeiro (2004, p. 226), a receita pública pode ser entendida como “a entrada que, integrando-se no patrimônio público sem qualquer reserva, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto, como elemento novo e positivo”. É importante ressaltar que para o mesmo autor, nem toda e qualquer entrada nos cofres públicos deve ser caracterizada como receita, pois, para fins orçamentários, além de ser um ingresso que não gera qualquer obrigação patrimonial, tal valor deve passar a integrar o patrimônio público de forma definitiva, ou seja, não poderá ser um valor que representa mera transitoriedade nos cofres públicos.

A classificação da modalidade dos tipos de receitas públicas também é um tema relevante, como faz saber (Pereira *et al* 2009), sendo que ao tratar desse tema, o mesmo as subdivide tendo em conta três principais grupos: i) natureza econômica; ii) grau de efetividade e; iii) coercividade. Apesar disso, focar-se-á principalmente na classificação delas quanto a sua natureza econômica.

Nesse sentido, a natureza econômica, ou seja, quanto ao objetivo de sua aplicação, as receitas públicas se desdobram em correntes e de capital. Já no que diz respeito ao seu grau de efetividade, Pereira *et al* (2009) as diferencia em receitas efetivas e não efetivas, e quanto a coercividade o mesmo as distingue como de caráter obrigatório e facultativo.

Na mesma senda, Mussuanganhe (2011) também distingue as receitas públicas quanto a sua natureza, classificando-as em correntes e de capital, desdobrando as receitas correntes em:

i) receitas tributárias; ii) receita patrimonial; iii) receita industrial; iv) transferências correntes; v) receitas agropecuárias; vi) receitas de serviços e outros e; vii) receitas de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público e ou privado. Enquanto para as receitas de capital o autor as diferencia em: i) receitas de investimentos; ii) inversões financeiras e; iii) transferências de capital.

A classificação da receita quanto a sua natureza econômica versa principalmente para o objetivo da arrecadação de forma geral, ou seja, para o fim pelo qual a receita é arrecadada. As receitas correntes compreendem a arrecadação feita para garantir a manutenção das despesas voltadas as atividades contínuas da máquina pública, como o pagamento de salários dos funcionários públicos, o funcionamento das instituições públicas, a oferta de bens e serviços para a população de forma contínua.

Já as receitas de capital servem para custear as despesas que resultam de atividades para a qual o estado busca captação de recursos através de terceiros, mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo (Brasil, 2006). Tais receitas dizem respeito principalmente a arrecadação feita com o objetivo de financiar os investimentos do Estado ou pagamento da dívida pública.

2.3.1. Despesa pública

Para John Maynard Keynes (1970), a despesa pública é um instrumento de grande importância para a intervenção do Estado na economia. O mesmo defende a tese de que quando a economia se encontra numa situação de subemprego dos meios de produção, a ação compensadora do Estado, aumentando a despesa pública, pode ser uma mais valia para o país, desde que esta seja feita com precisão, com determinada limitação e com muita rigorosidade.

Além do viés econômico trazida por Keynes, a despesa pública é também uma peça do orçamento público, e no âmbito orçamentário, a despesa pública representa as reais preocupações do governo em determinado período. É através dela que podemos aferir as prioridades de cada governo e perceber qual área o mesmo pretende alavancar. De acordo com Mussuanguanhe (2015), a despesa pública reflete as escolhas do setor e território onde o governo pretende alocar o orçamento ou os seus recursos financeiros.

Lapatza (2006) define despesa pública como todo gasto que qualquer ente público realiza. Já Kohama (2016) explica as despesas públicas como sendo o conjunto de gastos fixados na lei orçamentária ou leis auxiliares, destinados ao cumprimento das obrigações do

Estado. Na mesma senda, outra definição com o mesmo viés é trazida por Angélico (2014) que define a despesa pública como todo pagamento realizado pelo governo para cobrir a realização dos serviços públicos de uma forma geral.

Independentemente da variedade de definições e o foco de cada autor nas suas explicações, o fato que fica claro, é o de que a despesa pública deve visar a satisfação das necessidades de todos, através da entrega de bens e serviços públicos que respondem a demanda dos cidadãos, o que leva consequentemente à satisfação das necessidades do Estado.

A classificação da despesa tem também a sua variedade. CHRISTOPOULOS (2009) traz a ideia de que existem várias formas de classificar as despesas públicas, sendo que os diferentes autores as classificam com base em variáveis que entendem ser relevantes.

Uma classificação aceita de forma unânime pelos pesquisadores e muito utilizada na literatura sobre finanças públicas é a classificação econômica, que separa as despesas públicas em: i) despesa corrente e; ii) despesa de capital.

Pereira *et al* (2009) descrevem uma lista de despesas que dizem respeito à manutenção das atividades regulares do Estado como sendo despesa pública corrente. Consoante a isso, a lei quadro do Orçamento Geral do Estado de Angola de 2010 explicita que se encaixam no grupo de despesas públicas correntes aquelas que são destinadas para a manutenção daquelas atividades que o estado realiza de forma continuada. A mesma lei descreve as despesas de capital como sendo o conjunto de gastos e transferências do estado, destinados ao aumento do seu ativo permanente e amortização da dívida pública.

Além da classificação econômica das despesas, a lei quadro do orçamento geral do estado angolano traz outras formas relevantes de classificar as despesas públicas: i) classificação institucional da despesa, que diz respeito aos gastos por unidade orçamentárias e os seus respetivos órgãos e; a classificação funcional programática que detalha as despesas por programas do governo e os seus objetivos.

3. MATERIAL E MÉTODO

A metodologia aplicada à presente pesquisa é detalhada nesta seção, onde são apresentados o objeto, o espaço e os meios utilizados para construção da pesquisa. Além disso é apresentada a dinâmica do processo de investigação e as técnicas acadêmicas utilizadas no processo de produção do mesmo.

Ressalta-se que a presente pesquisa se enquadra na área das Ciências Sociais Aplicadas e que a pesquisa reúne características adotadas por pesquisadores da respectiva área, de forma a facilitar a identificação e a compreensão do documento.

A seguir, apresenta-se algumas informações sobre a área geográfica do estudo e em seguida apresentar-se-á o método aplicado para a condução da presente monografia e por último o material que coletado para o alcance dos objetivos inicialmente descritos na introdução desse dessa pesquisa.

3.1.Método

Para a elaboração do presente trabalho, o procedimento metodológico aplicado durante o processo de investigação, embora se utilize de dados, se apresenta principalmente no intuito de compreender o comportamento das finanças públicas em Angola, ou seja, o porquê do fenômeno em si, buscando entendê-lo e não apenas descrevê-lo.

Quanto a abordagem, o presente estudo se explica e se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, que para Minayo (2001) é o caminho ideal para que se estudem e entendam os fenômenos e processos de forma mais aprofundada, pois é o tipo de abordagem que não se resume à operacionalização numérica ou estatística, mas dá ênfase ao entendimento do objeto de estudo.

Quanto a sua natureza, tendo em conta o fato de se tratar de uma pesquisa que foca principalmente no entendimento de um fenômeno específico e que se registrou numa realidade e se pretende contribuir para o avanço da mesma, o trabalho se caracteriza como uma pesquisa aplicada.

Além das características já apresentadas, o trabalho se propõe a explicar o tema em foco, de maneira mais próxima ao leitor, proporcionando maior familiaridade e entendimento do fenômeno ou objeto de estudo, o que a caracteriza como uma pesquisa exploratória, no que diz respeito ao seu objetivo de acordo com Gerardt e Silveira (2009).

Assim, para a construção desta monografia foi necessária a utilização de textos já produzidos por outros pesquisadores, cientistas, agências de pesquisa e firmas internacionais, bem como os documentos que o governo do país disponibiliza em forma de relatórios para prestação de contas.

Para tal, mostrou-se imprescindível inicialmente fazer uma busca generalizada nos sítios digitais do governo, como a página oficial do Ministério das Finanças de Angola, onde foram extraídos os relatórios de conta geral do Estado. O processo de busca foi realizado entre os meses de junho e setembro de 2024 e concomitantemente, foi realizada uma busca no sítio

oficial do *World Bank* no qual foram coletados os relatórios de revisão das finanças públicas de Angola.

Adicionalmente, foram utilizados artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso como monografias, dissertações, teses e livros da área tema desse estudo que se somaram aos documentos coletados anteriormente, contribuindo de forma significativa para a elaboração do trabalho.

Tendo em conta essas características, o trabalho se apresenta como uma pesquisa bibliográfica e documental, pois resulta do processo de realização do levantamento de referências teóricas já estudadas por outros pesquisadores e da utilização de dados já publicados através de tabelas e relatórios disponíveis (Fonseca, 2002).

3.2. Material

A principal fonte de coleta de dados para a elaboração do presente trabalho foi o *site* oficial do Ministério das Finanças de Angola, do qual, foi realizado o *download* dos relatórios de contas gerais do Estado e convertidos em documentos no formato xls. para a extração e tabulação dos dados através do Excel.

O horizonte temporal escolhido justifica-se no intuito de analisar o comportamento das variáveis num período fora das grandes influencias da guerra e por ser um período com os dados completos no sítio do Ministério das Finanças de Angola (MINFIN).

A tabulação dos dados foi feita com os materiais próprios dos relatórios elaborados pelo Ministério das Finanças de Angola e foram apresentados em Kwanza, moeda do país. Os relatórios não sofreram quaisquer alterações na sua forma orgânica para esse estudo. Contudo foram apresentados por meio de tabelas reorganizadas para dar conta dos objetivos do presente texto, para melhor visualização e entendimento. Além disso, os dados foram utilizados para a elaboração dos gráficos ao longo do trabalho do presente estudo.

O detalhamento das receitas e despesas através da análise das principais fontes ou origens e os campos de aplicação respectivamente foram feitos através da adaptação de tabelas, para a apresentação dos dados coletados nos documentos de prestação de contas do governo.

Tendo em conta a necessidade de se calcular a evolução ou decrescimento das receitas e despesas de um ano em relação ao outro, utilizamo-nos do cálculo do percentual de crescimento. a expressão matemática é dada pela fórmula $\frac{Ano_1 - Ano_0}{Ano_0} * 100$.

Para o processo de análise do balanço orçamental através da observação das receitas e despesas foram adotadas técnicas já descritas por Kohama (2008), mais propriamente os

quocientes dos indicadores do balanço orçamental, para melhor percepção dos dados, o que facilita o entendimento do demonstrativo, pois como afirmam Andrade *et al* (2017), tal processo permite extrair tendências dos relatórios contabilísticos e fazer comparações entre as variáveis, para melhor entender a situação das finanças públicas no período, e para analisar as receitas e despesas nos utilizaremos dos quocientes orçamentários descritos no quadro 1.

Quadro 1 – Quocientes de análise orçamentária

Quociente da receita	Se	$\frac{\text{Receitas arrecadadas}}{\text{Receitas previstas}}$	> 1	Excesso de arrecadação
			=1	Equilíbrio na execução
			<1	Insuficiência de recursos
Quociente da despesa	Se	$\frac{\text{Despesas executadas}}{\text{Despesas previstas}}$	> 1	Excesso de despesa
			=1	Equilíbrio na execução
			<1	Economia na realização da despesa
Quociente da execução orçamentária	Se	$\frac{\text{Receitas arrecadadas}}{\text{Despesas executadas}}$	> 1	Superávit orçamentário
			=1	Equilíbrio orçamentário
			<1	Déficit orçamentário

Fonte: adaptado de Kohama (2008)

Tais indicadores possibilitam a visualização e entendimento do estado das finanças públicas de forma mais intuitiva, pois explicam diretamente as várias situações que podem ocorrer ao longo dos períodos, ou seja, eles são indicadores que facilitam a percepção do estado das finanças públicas tanto para estudiosos como para leigos no assunto.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na presente seção discutimos de forma mais detalhada os pontos trazidos nos objetivos apresentados na parte inicial do trabalho. Inicialmente analisamos as receitas como um todo através das suas principais origens por rubrica dentro do período proposto, bem como fazemos um comparativo entre os valores de previsão e arrecadação, evidenciando o quociente da receita, trazendo através disso a sua taxa de execução. Em segundo lugar trazemos à discussão a análise das despesas por função do governo, a previsão e execução dos valores e a sua taxa

de execução. Por fim analisamos a execução orçamentária, fazendo um comparativo entre as receitas arrecadadas e as despesas executadas.

6.1. Análise da origem, previsão e execução das receitas

Nesta subseção fazemos a análise das principais fontes de receita do Estado angolano, por rubrica, descrevendo os percentuais de participação de cada tipo de receita sobre o valor total arrecadado e por conseguinte discutimos a diferença entre a previsão e arrecadação das mesmas, trazendo informações conforme apresentadas nos Relatórios de Conta geral do Estado.

O detalhamento da origem das receitas públicas é a descrição das principais fontes de financiamento para o orçamento do Estado e através disso é possível descrever de que forma o mesmo financia ou paga as suas despesas.

5.1.1. Análise da origem das receitas

As rubricas orçamentárias das receitas públicas do Estado angolano entre o período de 2012 e 2021 correspondem as receitas tributárias, receitas patrimoniais, de serviços, de transferências correntes, receitas correntes diversas, indenizações e restituições, receitas de alienações, financiamentos, transferências de capital, Títulos e obrigações do tesouro, os desembolsos de linhas de crédito e as transferências de capital.

Através da tabela 1 é possível visualizar as receitas arrecadadas durante o período proposto. Assim, é possível entender quais os tipos de receita que mais contribuem para o Orçamento Geral do Estado, bem como aquelas que menos contribuem e também perceber o processo de expansão ou retração delas dentro do horizonte temporal proposto.

Tabela 1 – Receitas arrecadadas por rubrica no período (em milhões de Kwanzas)

Tipos de receitas arrecadadas	Ano				
	(continua)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Tributária	2.207.347,00	2.259.440,00	2.314.676,00	1.894.933,00	2.010.202,00
Patrimonial	2.163.763,00	2.399.550,00	2.071.493,00	670.163,00	575.759,00
Serviços	10.038,00	11.298,00	15.755,00	54.028,00	15.645,00
Transf Correntes	-	-	152,00	-	-
Rec. Corrn Divers	47.391,00	41.097,00	20.209,00	9,00	4,00
Inden e restituição	-	-	1.574,00	263,00	109,00
Alienações	1.344,00	1.845,00	913,00	1.474,00	1.518,00
Financiamentos	564.268,00	931.800,00	1.467.531,00	1.317.594,00	2.221.440,00
Transf de Capital	-	-	690.611,00	-	-
Tít. e obrig do tesouro	1,00	-	-	-	1.288.918,00
Desemb. Lin de crédit	-	-	-	-	2.003.522,00
Transf de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL	4.994.152,00	5.645.030,00	6.582.914,00	3.938.464,00	8.117.117,00

Tipos de receitas arrecadadas	Ano (conclusão)				
	2017	2018	2019	2020	2021
Tributária	2.313.180,00	3.105.720,00	3.798.814,00	4.357.847,00	5.863.187,00
Patrimonial	974.800,00	2.417.055,00	2.702.597,00	2.650.881,00	4.117.014,00
Serviços	15.037,00	34.940,00	3.974,00	16.888,00	52.241,00
Transf Correntes	1.635,00	-	-	1.364,00	455,00
Rec. Correntes Divers	10.264,00	77.271,00	104.836,00	3.892,00	66.094,00
Indeniz e restituição	115,00	-	-	-	-
Alienações	943,00	1.389,00	5.791,00	7.253,00	20.375,00
Financiamentos	3.323.117,00	3.053.379,00	3.307.207,00	4.842.622,00	5.100.169,00
Transf de Capital	-	-	-	-	1.212,00
Tít. e obrig do tesouro	1.754.549,00	1.359.914,00	975.294,00	2.262.188,00	-
Desemb. Lin de crédito	1.568.568,00	1.693.465,00	2.331.912,00	2.580.434,00	-
Transf de Capital	-	-	-	112,00	-
TOTAL	9.962.208,00	11.743.133,00	13.230.425,00	16.723.481,00	15.220.747,00

Fonte: Relatórios de conta geral do Estado angolano 2012 a 2021

Como na grande parte dos países de economia mista, as receitas tributárias são a principal fonte de receita do Estado angolano. Como se pode observar através da tabela 2, dentro do período proposto, elas compõem em média 33,52% sobre o total arrecadado, o que explica que de forma isolada as receitas tributárias representam a maior parte das receitas do Estado Angolano. Outro fator importante de ressaltar diz respeito ao quantitativo das receitas patrimoniais, bem como das receitas resultantes de financiamento, que compõem dentro do período proposto uma média de participação de 25,51% e 25,77% respectivamente sobre o total das receitas arrecadadas.

A participação média dos três principais tipos de receitas sobre o total arrecadado, dentre elas as receitas tributárias, patrimoniais e as de financiamento somam em torno de 82,8%, enquanto que as receitas de desembolsos de linhas de financiamento e as receitas resultantes das vendas de títulos e obrigações do tesouro que têm uma média de participação de 8,79% e 6,59% respectivamente. Já a soma da média de participação do restante das receitas como as receitas de serviços, transferências correntes, receitas correntes diversas, indenização, restituições e alienações e as transferências de capital somam juntas uma média total de participação de 1,50%.

Além do peso de participação de cada tipo de receita sobre o valor total da arrecadação, é possível identificar que durante o período, o valor total das receitas arrecadadas evoluiu de forma contínua, com exceção as receitas arrecadadas do ano de 2015 em que se verificou uma retração em comparação ao seu ano anterior, registrando uma queda de mais de 18%. A

evolução contínua dos valores das receitas pode ser explicada por fatores como a implementação dos processos de reforma tributária no país, iniciada em 2010 (JENSEN e PAULO, 2011) que tinha como uma de suas frentes o aumento das receitas tributárias advindas de outros setores que não o petrolífero, para possibilitar o alargamento da base tributária. Outro fator que pode explicar o aumento dos valores das receitas no período pode ser a inflação que se verificou durante os últimos anos, tendo o potencial de pressionar para cima o valor nominal do total das receitas arrecadadas no período, uma vez que se verificou a perda de valor da moeda.

Além das receitas tributárias, as receitas patrimoniais e de serviço também conheceram um aumento significativo durante o período como um todo, mesmo registrando uma pequena retração entre os anos de 2015 a 2017 de 67,65% e 14,09% respectivamente aos seus anos anteriores, o que pode ser explicado pelo processo de desaceleração econômica que o país conheceu, tendo em vista a redução do preço do petróleo no ano de 2014. A receita de financiamento e as de alienações também conheceram um crescimento constante, sendo que as receitas de alienações tiveram um único período de retração em 2014 em comparação a 2013 e 2017 em relação a 2016. As outras rubricas de receitas mostraram inconsistência na arrecadação, apresentando alguns períodos de alta e outros em que não houveram quaisquer arrecadações.

Para complementar o presente tópico analisamos e comparamos as receitas previstas e arrecadadas durante o período.

5.1.2. Análise da previsão e execução das receitas

Na tabela que se segue estão dispostas as receitas previstas e arrecadadas durante a década de 2012 a 2021, bem como estão também descritos os quocientes entre as receitas arrecadadas e as receitas previstas ao longo do período, fazendo um comparativo conforme Kohama (2008).

As receitas previstas dizem respeito aos valores que o Estado angolano através da elaboração do orçamento previu para a execução no período proposto, enquanto que as receitas arrecadadas são os valores que o Estado arrecadou de fato, sendo esses valores suscetíveis à mudança em comparação à previsão, tendo em conta alterações possíveis nas variáveis que condicionam a arrecadação de receitas.

Tabela 2 – Receitas previstas e arrecadadas no período e quociente orçamentário (em milhões de Kwanzas)

Ano	Receita previstas	Receita arrecadadas	Quociente da receita
2012	4.501.106,00 Kz	4.994.151,00 Kz	1,11
2013	6.635.567,00 Kz	6.204.355,00 Kz	0,94
2014	7.258.385,00 Kz	6.582.914,00 Kz	0,91
2015	5.454.023,00 Kz	3.938.465,00 Kz	0,72
2016	6.959.728,00 Kz	5.895.676,00 Kz	0,85
2017	7.390.047,00 Kz	6.639.091,00 Kz	0,90
2018	9.685.551,00 Kz	8.689.754,00 Kz	0,90
2019	10.400.866,00 Kz	9.923.219,00 Kz	0,95
2020	13.455.306,00 Kz	11.955.359,00 Kz	0,89
2021	14.785.201,00 Kz	15.220.747,00 Kz	1,03

Fonte: Relatórios de conta geral do Estado angolano 2012 a 2021

Através da visualização dos dados constantes na tabela acima pode-se verificar inicialmente que exceptuando o ano de 2012 e o ano de 2021, os valores de previsão das receitas sempre foram superiores aos valores arrecadados. O quociente da receita para os dois anos citados apresentou valores de 1,11 e 1,03 respectivamente, o que representa que nesses dois anos as taxas de execução das receitas estiveram acima daquilo que se esperou.

Dessa forma, pode-se asseverar que durante o período o ano de 2012 e o ano de 2021 foram os únicos em que se verificaram excesso no processo de arrecadação, e os anos que permeiam o período inicial e o período final registraram valores arrecadados inferiores ao previsto, apresentando quocientes inferiores a 1, demonstrando assim que não houveram períodos de equilíbrio entre a previsão e arrecadação das receitas entre 2012 e 2021.

Com a leitura do gráfico número 1 é possível acompanhar e ter um entendimento mais intuitivo sobre o diferencial entre a previsão e a arrecadação das receitas, bem como entender a evolução dos valores ao longo do período.

Gráfico 1 – Receitas previstas e arrecadadas no período (em milhões de Kwanzas)



Fonte: adaptado de Relatórios de conta geral do Estado angolano (2012 a 2021)

É possível vislumbrar que embora se mantenham próximos aos números previstos no período entre 2013 e 2020, os valores arrecadados sempre se mantiveram ligeiramente inferiores, apresentando um quociente de receita abaixo do que poderia ser considerado equilíbrio na arrecadação, apresentando valores entre 0,85 e 0,95, com exceção do ano de 2015 em que se registrou um grande diferencial em comparação aos outros anos do período, apresentando um quociente de 0,72.

Tal fenômeno expõe possíveis erros aquando da elaboração do orçamento, contudo, é importante detalhar que essas diferenças entre as receitas previstas e arrecadadas podem ser explicadas por muitos outros fatores como as alterações que podem ocorrer nas principais fontes de receitas no período entre a previsão e a execução, o que pode ocorrer com determinada regularidade para o caso específico de países como Angola que muito dependem do setor petrolífero, uma vez que qualquer alteração do preço desse produto nos mercados internacionais pode resultar no diferencial entre a previsão e a arrecadação das receitas.

5.2. Análise da despesa por função do Governo e análise da previsão e execução da despesa

No presente tópico analisamos as despesas executadas por função do governo e para tal, trabalhamos com a média de participação acumulada por função do governo. Além disso

analisamos e comparamos as despesas previstas e realizadas em concomitância com o quociente da despesa, fazendo um comparativo entre elas e discutindo a sua evolução ao longo do período.

5.2.1. Análise das despesas por função do Governo

As despesas do Estado angolano no período de 2012 a 2021 se dividiram entre a) despesas com o setor social, na qual estão inclusas as despesas com educação, saúde, proteção social, habitação e serviços comunitários, recreação cultural religião e proteção ambiental; b) despesas de assuntos econômicos, na qual se incluem as despesas com a agricultura, silvicultura, pesca e caça; as despesas com combustíveis e energia, indústria extrativa, assuntos econômicos gerais, transportes, comunicação e tecnologia da informação, outras atividades econômicas e investimento e desenvolvimento em assuntos econômicos; c) defesa e segurança em que estão inclusas as despesas com a defesa nacional e a despesa com segurança e ordem pública; e d) Despesas com serviços públicos gerais.

Tabela 3 – Despesas por função do governo realizadas no período (em milhões de Kwanzas)

Funções do Governo	Ano				
	2012	2013	2014	2015	2016
Sector Social	1.552.042,00	1.980.181,00	2.202.738,00	1.387.566,00	1.092.325,00
Educação	361.794,00	496.469,00	405.103,00	420.349,00	382.162,00
Saúde	213.098,00	317.507,00	276.185,00	193.199,00	197.156,00
Protecção Social	691.638,00	836.741,00	858.822,00	543.988,00	371.886,00
Habit e Serviços Comunit.	163.132,00	191.644,00	551.885,00	174.518,00	121.323,00
Recr Cultura e Religião	67.299,00	88.718,00	73.673,00	34,17	17.891,00
Protecção Ambiental	55.082,00	49.102,00	37.071,00	21.342,00	1.906,00
Assuntos Económicos	540.973,00	1.239.991,00	1.378.698,00	466.757,00	605.412,00
Agricult, Silvc, Pesca e Caça	41.648,00	68.348,00	50.657,00	30.671,00	34.713,00
Combustíveis e Energia	9.941,00	278.463,00	287.180,00	182.015,00	326.451,00
Indústria Extractiva	8.188,00	194.294,00	52.526,00	13.661,00	21.529,00
Assunt. Econ. Gerais	70.916,00	179.740,00	568.703,00	82.44	39.107,00
Transportes			377.749,00	133.784,00	170.075,00
Comunic e Tecn de Informaç	306.415,00	492.353,00	31.072,00	22.868,00	13.188,00
Outr Activ Económicas	23.614,00	26.010,00	9.807,00	1.316,00	349,00
Invest e Desn em Assunt Eco	250,00	783,00	1.004,00	2,00	-
Defesa e Segurança	835.109,00	987.039,00	1.183.070,00	948.195,00	975.588,00
Defesa Nacional	441.373,00	613.121,00	672.319,00	788.963,00	507.846,00
Segurança e Ordem Pública	393.737,00	373.918,00	510.751,00	159.232,00	467.742,00
Serviços Públicos Gerais	1.570.792,00	1.912.522,00	2.096.417,00	516,23	1.287,05
Total	4.498.916,00	6.119.733,00	6.860.923,00	2.803.034,23	2.674.612,05

Funções do Governo	Ano				
	2017	2018	2019	2020	2021
Sector Social	1.407.403,00	1.474.048,00	1.771.661,00	1.977.070,00	2.607.842,00
Educação	410.796,00	425.845,00	658.382,00	669.625,00	755.229,00
Saúde	210.577,00	255.630,00	346.435,00	561.819,00	808.102,00
Proteção Social	423.942,00	432.305,00	466.647,00	356.013,00	242.065,00
Habit e Serv Comum	298.938,00	323.368,00	260.192,00	318.779,00	760.272,00
Rec Cult e Religião	36.730,00	32.329,00	37.067,00	53.388,00	42.173,00
Protecção Ambiental	26.419,00	4.569,00	2.938,00	17.446,00	3.731,00
Assuntos Económicos	951.840,00	753.142,00	690.154,00	1.006.112,00	1.298.533,00
Agric Silvic, Pesca e Caça	34.111,00	37.541,00	95.400,00	72.610,00	105.938,00
Combustíveis e Energia	379.778,00	398.629,00	257.815,00	443.598,00	617.113,00
Indústria Extractiva	15.900,00	25.180,00	13.351,00	8.984,00	46.451,00
Assunt Econ Gerais	41.916,00	26.728,00	31.364,00	29.556,00	34.997,00
Transportes	464.846,00	249.300,00	282.844,00	438.791,00	453.844,00
Comun e Tecn de Inform	12.955,00	13.480,00	8.609,00	12.068,00	28.536,00
Outr Activ Econ	2.336,00	868,00	771,00	387,00	419,00
Inv e Desv em Ass. Econ	-	1.417,00	-	118,00	7.504,00
Defesa e Segurança	1.121.056,00	1.162.283,00	1.342.046,00	1.598.897,00	1.565.113,00
Defesa Nacional	616.806,00	661.463,00	693.063,00	865.726,00	822.479,00
Segur e Ordem Púb	504.250,00	500.820,00	648.983,00	733.172,00	742.634,00
Serviços Públicos Gerais	728.968,00	792.196,00	659.684,00	745.963,00	1.248.623,00
Total	4.209.267,00	4.181.669,00	4.463.545,00	5.328.042,00	6.720.111,00

Fonte: Relatórios de Conta geral do Estado angolano 2012 a 2021

a) Despesas com o setor social

É possível, através da análise das despesas executadas durante o período com o setor social verificar que elas evoluíram progressivamente, apresentando em alguns anos um brusco aumento, seguido de uma queda também repentina, como pode se verificar entre o período 2015 em relação a 2014 e 2016 em relação a 2015, seguindo após isso um aumento gradual até o final do período proposto. Além disso, verifica-se também que durante o período as despesas executadas com o setor social tiveram uma taxa de participação de 35,26% em relação ao total das despesas durante os anos de 2012 e 2021.

Dentro do setor social a despesa com maior média de participação sobre o total das despesas durante o período foram os gastos referente às despesas com a proteção social, contribuindo com uma média de 10,85% durante o período, sendo a maior média do setor social e a segunda maior média no geral de participações das despesas.

As despesas com educação tiveram uma participação de 10,29% sobre o total das despesas, sendo a segunda maior participação dentro do subgrupo de despesas com setor social, sendo seguida pelas despesas com saúde, com uma participação de 6,62% e em seguida pelos 6,11% referente a habitação e serviços comunitários. Ainda dentro do setor social as despesas com menos participação durante o período foram as de recreação cultural e religião com 0,96%

de participação e a proteção ambiental com 0,44% sendo o menor percentual de participação nas despesas com proteção social.

b) Despesas com assuntos econômicos

A soma das médias das despesas com assuntos econômicos durante o período de 2012 e 2021 resultou num total de participação de 17,60%, sendo compostas pelas despesas com combustíveis que representaram 6,63% da média total do período e as despesas com transporte que representou 5,22%, seguidas das despesas com assuntos econômicos gerais com 1,97% de participação, comunicação e tecnologia de informação com 1,78% indústria extrativa com 0,72%, outras atividades econômicas com 0,12% e investimento e desenvolvimento em assuntos econômicos com a participação de 0,02%, representando a participação com menor expressão.

Assim, é possível perceber que nas despesas com assuntos econômicos o governo angolano deu preferência aos gastos com combustíveis e outras fontes de energia, seguindo assim com os gastos transporte, preferindo manter despesas reduzidas nos gastos com a indústria extrativa, outros assuntos econômicos e o investimento e desenvolvimento.

c) Despesas com defesa e segurança

A participação média das despesas com segurança sobre o total das despesas no período é de 24,29, sendo que os gastos com a defesa nacional participam com 14,07% sendo função de despesa com maior participação sobre o total geral, fator a ser observado, uma vez que o país carece de investimentos principalmente no setor social, mais propriamente com a saúde e educação. A despesa com a segurança e ordem pública tem uma média de participação de 10,33% sendo a terceira função com maior percentagem de participação.

d) Despesas com serviços públicos gerais

As despesas com serviços públicos gerais conheceram o valor de 22,84 de participação sobre o total das despesas, sendo uma despesa que corresponde aparte considerável das despesas, com um valor que se aproxima aos valores de outras despesas com grande expressão.

Para concluir o presente tópico principal, trazemos à análise o comparativo entre as despesas previstas e executadas durante o período, para que se tenha uma visualização sobre a taxa de execução delas e entender como variável despesa se comporta ao longo do período.

5.2.2. Análise das despesas autorizadas e realizadas

As despesas previstas dizem respeito aquelas que o governo, aquando da elaboração do orçamento define como necessária para dar respostas às necessidades da população, enquanto que as despesas executadas refletem as possibilidades de realização no período.

Tabela 4 – Despesas autorizadas e executadas no período (em milhões de Kwanzas)

Ano	Despesa autorizada	Despesa realizada	Quociente da despesa
2012	4.501.107,00 Kz	4.498.917,00 Kz	1,00
2013	6.635.567,00 Kz	6.119.733,00 Kz	0,92
2014	7.258.385,00 Kz	6.860.923,00 Kz	0,95
2015	5.427.225,00 Kz	4.394.873,00 Kz	0,81
2016	6.959.728,00 Kz	5.379.490,00 Kz	0,77
2017	7.390.047,00 Kz	6.804.473,00 Kz	0,92
2018	9.685.550,00 Kz	9.097.596,00 Kz	0,94
2019	10.400.866,00 Kz	10.226.353,00 Kz	0,98
2020	13.455.306,00 Kz	13.380.890,00 Kz	0,99
2021	14.785.201,00 Kz	14.426.760,00 Kz	0,98

Fonte: Relatórios de conta geral do Estado angolano 2012 a 2021

A análise da presente tabela nos permite visualizar a diferença entre as despesas previstas e executadas a cada ano do período. Como se pode identificar, tanto as despesas previstas como as executadas tiveram uma evolução regular, contudo, verificam-se em alguns anos um pequeno decrescimento em relação ao seu ano anterior, que em se tratando de despesa, pode ser entendido de forma positiva, desde que o governo consiga manter os níveis de respostas às necessidades públicas.

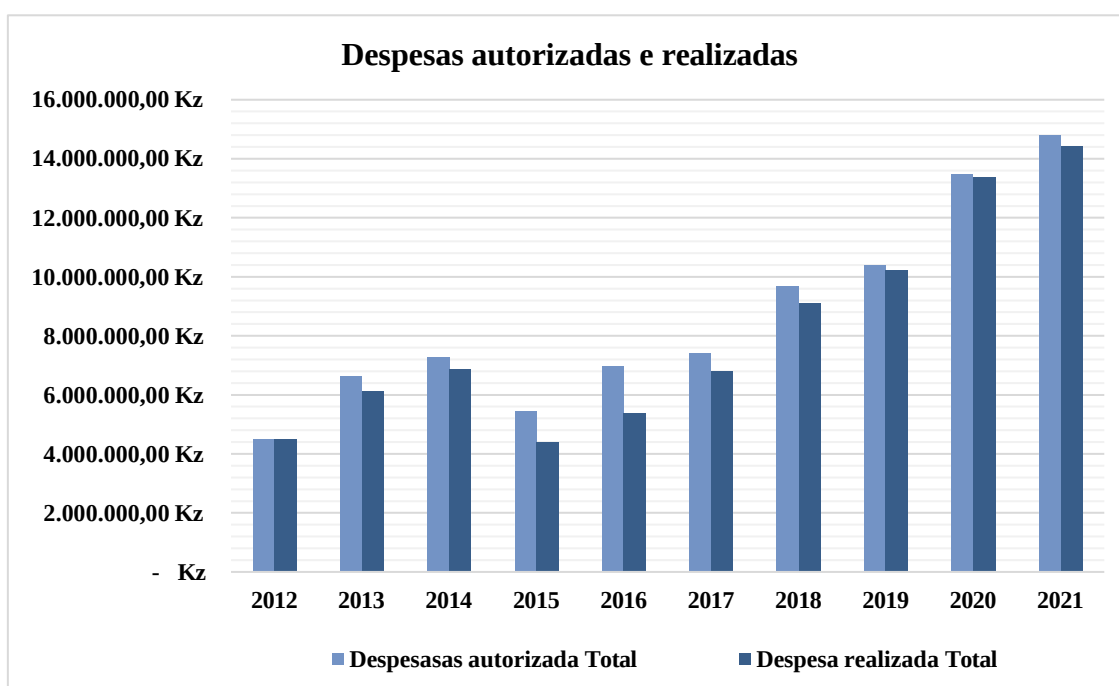
Comparativamente, através da análise dos dados dispostos na tabela é possível asseverar que as despesas executadas sempre se mantiveram abaixo das autorizadas, devendo-se ao fato que a realização da despesa é condicionada pela regra do equilíbrio Pereira *et al* (2009), não podendo apresentar uma execução maior do que a previsão.

É possível ainda visualizar que no ano de 2012 as despesas executadas foram iguais às previstas representando um quociente de 1, que representa segundo Kohama (2008) um equilíbrio na execução da despesa. Outros fatores a serem analisados devem ao fato de que nos

anos que se seguem, a diferença varia entre as despesas previstas e executadas se mantêm com quocientes entre 0,77 e 0,99, apresentando economia na realização da despesa.

É necessário ressaltar que pese embora as despesas executadas não se igualem às receitas previstas nos anos que se seguem, elas permanecem muito próximas a execução total, com exceção dos anos de 2015 e 2016, em que se registraram quocientes de 0,81 e 0,77 respectivamente, se mantendo mais aquém dos restantes anos do período. De forma mais precisa no ano de 2013 foi possível verificar que as despesas executadas alcançaram 0,92 de quociente, enquanto que em 2014 registrou-se um quociente de 0,95. Já no ano de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 os quocientes foram de 0,92; 0,94; 0,98; 0,99 e 0,98 respectivamente, bem como apresentam uma evolução nos seus valores em moeda, como se pode verificar a partir do gráfico 2.

Gráfico 2 – Despesas autorizadas e realizadas no período



Fonte: adaptado de Relatórios de conta geral do Estado angolano (2012 a 2021)

Dessa forma é possível sustentar que tendo em conta o fato de que as despesas realizadas são na maior parte do período inferiores aos valores autorizados, houve então uma execução da despesa feita com economia, uma vez que o quociente da despesa se manteve numa média de 0,93.

Por fim, fazemos a análise das receitas arrecadadas em comparação com as despesas executadas, se utilizando do quociente de resultado orçamentário para analisar os dados do período.

5.3. Análise e comparação entre receitas arrecadadas e despesas executadas

No presente tópico são trazidos os dados referentes as receitas arrecadas e as despesas executadas para análise, no intuito de fazer o comparativo da execução desses dois itens no orçamento durante o período proposto e entender como as variáveis se comportaram uma em relação à outra ao longo dos anos e como elas evoluem.

As receitas arrecadadas e despesas executadas são os dois itens que se complementam para análise do balanço orçamental e é possível através do comparativo entender o panorama das finanças públicas, podendo ser trazido a análise com base no quociente de execução orçamentária para entender através do indicador que consta na tabela 5.

Tabela 5 – Receitas arrecadadas e despesas realizadas no período (em milhões de Kwanzas)

Ano	Receita arrecadada	Despesa realizada	Quociente da execução orçamentária
2012	4.994.151,00 Kz	4.498.917,00 Kz	1,11
2013	6.204.355,00 Kz	6.119.733,00 Kz	1,01
2014	6.582.914,00 Kz	6.860.923,00 Kz	0,96
2015	3.938.465,00 Kz	4.394.873,00 Kz	0,90
2016	5.895.676,00 Kz	5.379.490,00 Kz	1,10
2017	6.639.091,00 Kz	6.804.473,00 Kz	0,98
2018	8.689.754,00 Kz	9.097.596,00 Kz	0,96
2019	9.923.219,00 Kz	10.226.353,00 Kz	0,97
2020	11.955.359,00 Kz	13.380.890,00 Kz	0,89
2021	15.220.747,00 Kz	14.426.760,00 Kz	1,06

Fonte: adaptado de Relatórios de conta geral do Estado angolano (2012 a 2021)

É possível através dos dados constantes na Tabela 5 identificar que houveram alternâncias durante o período, tendo anos em que as receitas arrecadas foram superiores às despesas executadas e outros períodos em que as despesas foram maiores do que as receitas. Verifica-se assim que no primeiro ano do período proposto as receitas arrecadadas suplantaram as despesas executadas, alcançando quociente de 1,11 o que representa superávit orçamental no ano em causa, sendo após isso seguido do ano de 2013 em que pese embora as receitas arrecadadas também tenham sido superiores às despesas executadas os valores estiveram muito próximos, resultando num quociente de 1,01 se verificando novamente superávit, contudo, alcançando praticamente o equilíbrio orçamentário.

Os anos de 2014 e 2015 foram de déficit orçamentário, podendo se verificar que no ano de 2014 o quociente de execução orçamentária alcançou o índice de 0,96 e no ano de 2015 se verificou o índice de 0,90 e o ano de se seguiu pôde se verificar novamente um período de superávit com o valor do quociente alcançando o índice de 1,10.

Durante os anos que se seguiram registraram-se déficits orçamentários consecutivos e os valores dos quocientes de execução orçamentária alcançaram 0,98 em 2017, 0,96 em 2018, sendo que no ano de 2019 se registrou o quociente de 0,97 e para finda o período de déficits consecutivos no ano de 2020 se registrou 0,89 de quociente, períodos correspondentes ao cenário de recessão econômica que o país vem registrando desde 2014. No último ano do período de análise foi possível verificar um novo superávit orçamentário em que se alcançou um índice de 1,06, contudo é possível perceber a predominância do superávit, bem como é possível visualizar a evolução dos valores como demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3 – Receitas arrecadadas e despesas realizadas no período (em milhões de Kwanzas)



Fonte: adaptado de Relatórios de conta geral do Estado angolano (2012 a 2021)

Dessa forma é possível compreender que na maior parte dos períodos o valor das despesas suplanta o valor das receitas, resultando assim num intervalo maior de déficits orçamentários, e alguns período em que se registraram superávits, não sendo verificado períodos de equilíbrio orçamentário.

Além dos valores que os índices testificam, pode-se também verificar através do gráfico acima que as barras correspondentes as despesas se encontram em níveis muito próximos aos

níveis da barra correspondente a receitas, e se pode perceber também uma evolução contínua dos valores que apresentam as mesmas tendências ao longo do período.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a problemática da instabilidade das finanças públicas de Angola, tendo o país enfrentando déficits financeiros de forma recorrente, o presente trabalho visou através da pesquisa contribuir com conhecimento em torno do assunto, uma vez que se entende existir escassez de pesquisa em torno da realidade econômica e financeira do País.

Diante disso a pesquisa se pautou na análise das finanças públicas do país no período de 2012 a 2021, através da análise das receitas e despesas, sendo assim possível granjear a pretensão geral, por meio das ações levadas a cabo em cada capítulo.

Para tal foi necessário que inicialmente se realizasse a análise das receitas por rubrica, afim de se entender quais as principais fontes de receita do governo angolano, sendo o tributo destacado como a maior fonte de receita. Ainda no mesmo capítulo fez-se a análise e comparação entre as receitas previstas e arrecadadas e através disso foi possível identificar que na maior parte do período o Estado angolano arrecadou menos do que esperava.

Em segundo plano foi necessário fazer uma análise das despesas por função do governo sendo importante para entender em que o Estado angolano utiliza as suas receitas e com o que o país mais gasta, sendo o processo seguido de uma análise comparativa entre as despesas previstas e as despesas executadas, o que permitiu evidenciar que as despesas executadas foram na maior parte dos anos inferiores às previstas.

Por último foi feita a análise comparativa entre as receitas arrecadadas e despesas executadas sendo possível através disso constatar que na maior parte do período as despesas se mantiveram superiores às receitas, se registrando majoritariamente déficits orçamentários anuais.

A pesquisa partiu da hipótese que as finanças públicas em Angola estão em desequilíbrios recorrente, pois apresenta períodos de desigualdade entre receitas e despesas. Assim sendo, foi possível através da testagem da hipótese, no capítulo de resultados e discussão confirma-la, uma vez que se constatou através do trabalho que de forma comparativa as receitas e despesas se mantiveram desiguais durante todo período.

A pesquisa qualitativa como procedimento metodológico caracteriza a elaboração desse trabalho que para realização da parte bibliográfica foram utilizados documentos como monografias já publicadas, dissertações, teses e artigos científicos, enquanto que para a compilação dos dados analisados foram utilizados os Relatórios de Conta geral do Estado

disponíveis na base de dados do site oficial do ministério das finanças de Angola, e após a recolha dos documentos, os relatórios foram reorganizados por meio de planilhas em formato xls para possibilitar a articulação dos dados. A utilização dos Relatórios de Conta Geral do Estado como fonte dos dados justifica-se no fato de que é através dele que o Estado angolano disponibiliza as informações referentes a contabilidade nacional através de demonstrativos contábeis como o balanço orçamental.

Quanto às limitações encontradas durante a elaboração do trabalho dizem respeito à dificuldade para a localização de acervos com dados específicos sobre Angola, sendo assim possível asseverar que o trabalho poderia ser realizado com uma análise bibliográfica mais rica e ampla, para que se pudesse tratar especificamente sobre o tema.

Recomenda-se assim que para as próximas pesquisas em torno do tema se busquem bases bibliográficas específicas que trazem uma visão mais detalhada sobre a realidade angolana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Hellen Martins de; COSTA Vadelúcia Antónia. Orçamento Público como Mecanismo de Planejamento para a Gestão, **Revista multidisciplinar e de psicologia**. [s.l.]. v. 13, n.43. p. 559-577, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1555/2244>. Acesso em: 15.out.2024.

ANDRADE, Daniely Afonso de; SANTOS, Rayane Kely de Souza; SILVA, Polyandra Zampiere Pessoa da; RUFINO, Maria Audenora. UMA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS DO MUNICÍPIO DE NOVA CRUZ/RN. **REPAE - Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 2, p. 317–342, 2018. Disponível em: <https://repae-online.com.br/index.php/REPAE/article/view/105>. Acesso em: 2 set. 2024.

ANGOLA. **Constituição da República De Angola**. Luanda: 2010. 92 p. Disponível em: http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf. Acesso em: 03.10.2024.

ANGOLA. **Lei nº 15/10, de 14 de julho de 2010**. Lei de quadro do Orçamento Geral do Estado. Disponível em: www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/zmlu/mdmx/~edisp/minfin031801.pdf em: Acesso em: 17 set. 2024.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças**. Atualização de Djalma de Campos. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional **Receitas públicas: manual de procedimentos**: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. – 3.ed. – Brasília: Secretaria. do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2006.

CARVALHO, F. J. C. de. Economic policies for monetary economies. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 507-528, 1997. DOI: 10.1590/0101-31571997-0972. Disponível em: <https://centrodeeeconomiapolitica.org/repojs/index.php/journal/article/view/1182>. Acesso em: 20 aug. 2024.

CHRISTOPOULOS, Basile Georges Campos. Despesa pública: estrutura, função e controle judicial. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Faculdade de Direito de

Alagoas, Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

Externas, 2022. Disponível em: . Acesso em: 22 jan. 2023.

Finanças públicas e macroeconomia no Brasil : um registro da reflexão do Ipea (2008 – 2014) / organizadores: Cláudio Hamilton Matos dos Santos, Raphael Rocha Gouvêa. – Brasília : IPEA, 2014. 2 v. : il., gráfs.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. _____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GALA, Paulo ; GARVALHO, André Roncáglio de. Brasil, uma sociedade que não aprende: novas perspectivas para discutir ciência, tecnologia e inovação. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 27. p. 39-57, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/13732>.

GONÇALVES, J. A ECONOMIA DE ANGOLA: DA INDEPENDÊNCIA À CRISE MUNDIAL DE 2008. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 3, p. 75-92, 10 dez. 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/112>. Acesso em: 09 de outubro de 2024.

GUILHERME, Fernao. Caracterização da Rede Maregráfica Nacional de Angola. **SAPIENS - Revista de divulgação Científica**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 170–188, 2023. DOI: 10.36704/sapiens.v4i2.7017. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sps/article/view/7017>. Acesso em: 6 oct. 2024.

INE - Instituto Nacional de Estatística. **Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2014**. Luanda, 2016. Disponível em: <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/ODI3Ng%3D%3D>. Acesso em: 06 outubro. 2024.

KEYNES, John Maynard (1936). **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KUKANDA, Vatomene. Diversidade Linguística em África. In: *Africana Studia* número 3. CEAUP: Porto, 2000.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE ANGOLA. Conta Geral do Estado 2024. Disponível em: <https://www.minfin.gov.ao/materias-de-realce/conta-geral-do-estado> . Acesso em: 08 de outubro de 2024.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE ANGOLA. **Relatório de Conta Geral do Estado**. Direcção Nacional de Contabilidade Pública, 2012 a 2021. Disponível em: <https://www.minfin.gov.ao/materias-de-realce/conta-geral-do-estado>. Acesso em: 12 de set de 2024.

PACHECO, Luís; COSTA, Paulo; TAVARES, Fernando Oliveira. História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência, **População e sociedade**. Porto, v. 29, n. 29, p. 82-98, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Amari/OneDrive/Mater%20escolar%20Unilab/Semestre%202023.1/TCC1/Hist%C3%B3ria%20econ%C3%B3mico-social%20de%20Angola%20do%20per%C3%ADodo%20pr%C3%A9-colonial%20%C3%A0%20independ%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 18.out.2024.

PEREIRA, Paulo Trigo *et al.* Economia e Finanças Públicas. 3ª ed. Lisboa. Escolar editora. 2009.

SILVA, António Carlos Matias da. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências, **NEARI EM REVISTA**. [S. l], v. 4, n. 5, 2018. Disponível em: <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/660>. Acesso em: 20 out. 2024.

VIANNA, Salvador Werneck; BRUNO, Miguel António Pinho; MODENESI, André de Melo (Org.). **Macroeconomia para o Desenvolvimento**: crescimento, estabilidade e emprego. Brasília. Ed. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.